

A INFLUÊNCIA DE BUTLER NA TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO

BUTLER'S INFLUENCE IN THIRD-WAVE FEMINISM
LA INFLUENCIA DE BUTLER EN LA TERCERA OLA DEL
FEMINISMO

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. Do Estruturalismo para o Pós-estruturalismo: a filosofia da diferença; 3. A crítica feminista de Judith Butler na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”; 4. As três ondas do movimento feminista; 5. A influência da crítica de Butler em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” na terceira onda do movimento feminista; 6. Considerações finais; Referências.

RESUMO:

A filósofa Judith Butler fez diversas críticas ao movimento feminista em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”. Este artigo busca compreender como a crítica de Butler neste livro interferiu na terceira onda do feminismo. O estudo analisa o pós-estruturalismo e sua resposta crítica ao estruturalismo, as críticas feitas pela autora em sua primeira obra e as três ondas do movimento. Concluiu-se que a rejeição de uma definição do sujeito feminista, a consolidação da necessidade da interseccionalidade proposta por Butler contribuiu para que nascesse uma postura crítica dentro do próprio feminismo.

ABSTRACT:

The philosopher Judith Butler offered several

Como citar este artigo:

BRIOSCHI, Livia,
BUSSINGUER, Elda.

"A influência de
Butler na terceira
onda do feminismo".
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 46 2025,
p. 319-337.

Data da submissão:

06/10/2023

Data da aprovação:

22/10/2025

critiques of the feminist movement in her book *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. This article seeks to understand how Butler's critique in this work influenced the third wave of feminism. The study analyzes post-structuralism and its critical response to structuralism, the critiques developed by the author in her first book, and the three waves of the feminist movement. It concludes that the rejection of a fixed definition of the feminist subject and the consolidation of the need for intersectionality proposed by Butler contributed to the emergence of a critical stance within feminism itself.

RESUMEN:

La filósofa Judith Butler formuló diversas críticas al movimiento feminista en su libro *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Este artículo busca comprender cómo la crítica de Butler en esta obra influyó en la tercera ola del feminismo. El estudio analiza el posestructuralismo y su respuesta crítica al estructuralismo, las críticas desarrolladas por la autora en su primer libro y las tres olas del movimiento feminista. Se concluye que el rechazo a una definición fija del sujeto feminista y la consolidación de la necesidad de la interseccionalidad propuesta por Butler contribuyeron al surgimiento de una postura crítica dentro del propio feminismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Pós-estruturalismo; Judith Butler; feminismo.

KEYWORDS:

Post-estruturalism; Judith Butler; Feminism.

PALABRAS CLAVE:

Postestructuralismo; Judith Butler; feminismo.

1. INTRODUÇÃO

O pós-estruturalismo foi uma forma de organização e interpretação do conhecimento que buscou repensar e reanalisar as abordagens estruturalistas, que surgiram a partir da visão de linguística de Saussure, mas que influenciou outros campos da ciência. Os autores pós-estruturalistas bus-

cam esmiuçar as relações de dominações que fazem parte da sociedade, pois entendem que a dominação de um grupo sobre outro não é apenas econômica ou política, mas também devido à raça, à orientação sexual, ao gênero, entre outras.

Dentro dos estudos de gênero e de feminismo, as obras de Judith Butler são referências e mantêm uma coerência com o pós-estruturalismo. O livro mais conhecido “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” foi inovador ao defender a fluidez da diferença entre as categorias de sexo e gênero, além de tecer críticas importantes ao movimento feminista.

O feminismo, como movimento político-social, se desenvolveu com o passar do tempo, pois o próprio conceito de mulher também se transformou. Nesse contexto, é comum dividir o movimento feminista a partir de “ondas”, que seriam fases, que correspondem a própria evolução do estudo de gênero e sexualidade. Deste modo, surgiu o seguinte problema de pesquisa: qual a contribuição do pensamento pós-estruturalista de Judith Butler para a terceira onda do feminismo, com base no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”?

A hipótese é que o conceito de mulher, a diferenciação entre sexo e gênero e outras críticas feitas no livro influenciaram a própria luta política durante a terceira onda do feminismo. O objetivo deste trabalho, portanto, é estudar o movimento pós-estruturalista, se aprofundar no pensamento de Judith Butler com enfoque no livro “Problemas de gênero” e situá-los dentro do pós-estruturalismo, analisar as ondas do movimento feminista, e por fim, verificar a influência da obra de Butler no desenvolvimento da terceira onda do feminismo. A partir do método dialético materialista, os quatro objetivos darão sequência aos capítulos do artigo, respectivamente.

2. DO ESTRUTURALISMO PARA O PÓS-ESTRUTURALISMO: A FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Primeiramente, é preciso destacar que assim como o movimento precedente, o pós-estruturalismo não pode ser considerado um método de pesquisa, nem pode ser reduzido a uma teoria filosófica. Pelo contrário, deve ser percebido como um movimento de pensamento (PETERS, 2000, p. 29), ou seja, uma forma de compreensão e interpretação da realidade. Isso significa que não é, portanto, um método científico composto por

técnicas de pesquisas a serem aplicadas à um estudo.

O estudo do pós-estruturalismo passa pela análise do seu predecessor. Afinal, ao mesmo tempo em que o pós-estruturalismo rompeu e questionou pressupostos estruturalistas, também manteve um diálogo com bases teóricas e autores que influenciaram o estruturalismo. O seu surgimento não teve “a intenção de negar o estruturalismo, mas de ampliar e transformar o que já estava consolidado” (CASALI; GONÇALVES, 2018, p. 85).

O estruturalismo foi um movimento filosófico que ocorreu predominantemente na França, que compreende a realidade a partir de um conjunto de relações e elementos que formam estruturas. O pensamento surgiu do modelo linguístico de Ferdinand Sausurre que depois foi transportado, adaptado e reinterpretado em outras áreas, não apenas ciências exatas e da natureza, mas também as sociais.

Na obra “O Estruturalismo” de Jean Piaget (1979, p. 6), a ideia central é que a estrutura é um sistema de transformações que comporta leis próprias e que se conserva ou se enriquece pelas suas próprias transformações, sem necessidade de apelo à elementos exteriores. Em suma, a estrutura se rege por três características: a totalidade, as transformações e a autorregulação.

O caráter de totalidade significa que os elementos da estrutura estão subordinados a leis próprias, e essas leis não são apenas associações cumulativas, mas conferem ao todo propriedades e características distintas daquelas que pertencem aos elementos. As transformações se referem ao fato de a totalidade da estrutura depender das suas leis de composição. Essas leis são estruturantes, ou seja, transformam a estrutura. Percebe-se, portanto, uma dualidade: o todo é estruturado por suas leis internas, mas ao mesmo tempo, essas próprias leis reestruturam e modificam a totalidade (PIAGET, 1979, p. 6-8).

A última característica se refere ao fato da estrutura se regular por si própria, o que acarreta a sua conservação e ao seu fechamento. Portanto, as transformações de uma estrutura não a conduzem para fora de suas fronteiras e apenas envolvem elementos da própria estrutura e conservam suas leis. Entretanto, esse fechamento não significa que a estrutura não possa ser considerada a subestrutura de uma estrutura mais ampla (PIAGET, 1979, p. 9).

Inversamente, o pós-estruturalismo buscou desconstruir as estruturas, a binaridade e a sistematicidade, com base nas obras Nietzsche e Heidegger e uma releitura de Freud e Marx. Os primeiros pós-estruturalistas, que são majoritariamente franceses, influenciaram em todos os campos das ciências sociais, e influenciaram novos campos de estudo, como a teoria queer e o pós-colonialismo.

Apesar das diferenças, há algumas afinidades do pós-estruturalismo com o estruturalismo. Ambos criticam o humanismo, a ideia de sujeito racional, autônomo, livre e coerente; que entende a consciência humana como diretamente acessível e única base de compreensão e da ação. Ambos os movimentos, ao invés de acreditar em um ser racional e objetivo, concebem o ser humano como um ser temporal, flexível, submetido às práticas de normalização das instituições modernas. Portanto, criticam os pressupostos universalistas da racionalidade e entendem que as estruturas socioculturais atuam na formação da autoconsciência humana (PETERS, 2000, p. 31-37).

Entretanto, o pós-estruturalismo busca a desconstrução, a compreensão das facetas da realidade que influenciam a construção da identidade coletiva e individual. Com a recuperação do historicismo, a perspectiva pós-estruturalista entende que não é apenas a diferença econômica que confere uma relação de poder de um grupo sobre outro, mas também outros aspectos sociais.

Isso significa que as relações de dominação na sociedade incluem, por exemplo, as questões étnico-raciais, gênero e sexualidade. Nesses casos, um determinado grupo social é considerado hegemônico, correto e adequado; o outro que não corresponde as regras sociais estabelecidas são considerados subordinados ou inferiores. Como resultado há a opressão, discriminação e exclusão de certos grupos sociais (AGUILAR; GONÇALVES, 2017, p. 37).

O pós-estruturalismo critica o cientificismo exacerbado que o estruturalismo buscou implementar nas ciências, especialmente nas ciências humanas. Além disso, não compreende a realidade a partir de dicotomias ou opostos, considerando-a excludente e ineficiente. Em sua visão, os sujeitos nas democracias liberais modernas constroem sua identidade, especialmente a política, com base nas oposições binárias, por exemplo, cidadão e o não-cidadão (PETERS, 2000, p. 38-41).

Um termo bem comum entre escritores pós-estruturalistas é “diferença”, embora com aplicações e definições diferentes. Por exemplo, a teoria de Jacques Derrida que utiliza dos conceitos de “différance” e “différance”, o “différend” de Lyotard, e a ideia de diferença de Gilles Deleuze. O pós-estruturalismo, portanto, ficou conhecido por sua filosofia da diferença.

O pós-estruturalismo

questiona as filosofias do jeito que não levam em conta as condições externas de suas próprias possibilidades. Para o pós-estruturalismo, a ênfase na autoconsciência absoluta e no seu suposto universalismo é parte integrante dos processos que tendem a excluir o Outro, ou seja, aqueles grupos sociais e culturais que agem de acordo com critérios culturais diferentes (PETERS, 2000, p. 36).

Uma das relações de poder estudada pelos pós-estruturalistas é entre homem-mulher na sociedade patriarcal. Os estudos de gênero e sexualidade também foram afetados pelo pós-estruturalismos, e uma das principais autoras dessa área é a escritora e filósofa americana Judith Butler.

3. A CRÍTICA FEMINISTA DE JUDITH BUTLER NA OBRA “PROBLEMAS DE GÊNERO: FEMINISMO E SUBVERSÃO DA IDENTIDADE”

Na sua primeira obra de grande sucesso, “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Judith Butler faz diversas críticas ao movimento feminista. Por muito tempo, o feminismo buscou compreender o que é ser mulher, ou seja, qual é o sujeito de representação das políticas feministas, com a suposição de que mulheres constitui um grupo unitário, com mesmos objetivos e características.

Entretanto, Judith Butler (2003, p. 17-19) diz que o movimento feminista, ao tentar compreender a categoria mulheres, exigia que certas qualificações do sujeito teriam que ser atendidas para que houvesse representação. Em outras palavras, o feminismo, ao impor características necessárias para que uma pessoa seja considerada mulher, consequentemente *produzia* os sujeitos que alegava meramente representar.

Baseado nos sistemas de poder de Foucault, a autora entende que o “[...] em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com

as exigências delas”. Dessa forma, o próprio feminismo, ainda que buscasse a emancipação, reproduz estruturas de poder e dominação sobre as mulheres (BUTLER, 2003, p. 18-19).

Nesse ponto, percebe-se a influência do estruturalismo no pensamento da autora. Butler compreende o sujeito dentro das estruturas que o subordinam, assim como a existência de uma interferência bidirecional. O pensar fora das estruturas significa, portanto, reconhecer como esta se alimenta das relações de dominação, conforme o movimento pós-estruturalista.

Além disso, não há uma concordância quanto ao que constitui ou deveria constituir a categoria das mulheres. Não é possível pensar que o termo *mulher* denote uma identidade comum, já que o gênero se constrói de maneira inconsistente em diferentes contextos históricos. Ademais, “se alguém *é* uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém *é*”, ou seja, o gênero estabelece interseções com outras identidades conforme as diferenças raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. Conclui-se que “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20).

A busca de uma universalidade fictícia de dominação pelo feminismo, similarmente à construção de uma identidade comum às mulheres, também resultou na ideia de que a opressão das mulheres ocorre de forma singular, discernível e similar dentro da estrutura hegemônica patriarcal. Ao contrário, os mecanismos de dominação e de opressão de gênero ocorrem de formas díspares nos contextos culturais concretos. Por exemplo, se apropriar de culturas não ocidentais e reinterpretá-las conforme noções ocidentais de opressão apenas reproduz um outro tipo de dominação colonialista (BUTLER, 2003, p. 20-21).

Neste ponto, Butler traz uma reflexão sobre interseccionalidade que influencia, até a contemporaneidade, o feminismo. É comum que, na busca de construir um movimento social numeroso e politicamente forte, o discurso seja generalista a ponto de desconsiderar diferenças de dominação interna.

Por exemplo, inicialmente o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero) se chamava GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Considerando a importância do feminismo e o patriarcado que impõe a maior aceitação de gays na sociedade, a ordem das letras G e L foi trocada. A necessidade de maior inclusão fez com que, posterior-

mente, o QUIAP+ fosse acrescentado.¹

Portanto, a invocação das mulheres como uma unidade pode obstar à possibilidade da política feminista ser, de fato, representacional. Quando a representação se torna o único foco da política, outras relações de dominação e exclusão se afirmam inintencionalmente. A autora argumenta que a identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, e paradoxalmente, a representação só fará sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido (BUTLER, 2003, p. 23-24).

O feminismo não pode apenas apontar opressões da estrutura patriarcal e heterossexual sem considerar as suas próprias. “A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculina, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”. Afinal, a dominação não ocorre apenas pelo poder masculino, mas também em outras relações de subordinação heterossexual, racial, classicista e muitas outras. A estrutura do poder excede o eixo da diferença sexual e é composto por um mapa de interseções diferenciais que não podem sumariamente hierarquizadas. O movimento precisa ter cuidado para não se apropriar e suprimir o outro, uma tática que apenas serve à expansão do domínio masculino (BUTLER, 2003, p. 33-34).

O sujeito feminista também se torna dividido por meio da distinção de sexo e gênero. A concepção mais aceita, inclusive na contemporaneidade, é que sexo é um dado biológico, fixo e imutável (corpo masculino e corpo feminino), enquanto o gênero é culturalmente construído, fluído (o ser mulher e o ser homem); sendo assim, não se pode dizer que o gênero decorre do sexo. Butler critica esse binarismo e diz que, assim como o sexo não é binário na sua constituição², o gênero não pode ser reduzido duas opções (BUTLER, 2003, p. 24-25).

Para a autora, a distinção não faz sentido, pois a própria ideia de corpo masculino e feminino também é uma construção cultural. Por exemplo, a ideia de que um pênis corresponde ao corpo do homem, é uma convenção social e, conseqüentemente, cultural. Desse modo, “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural”. Compreender o sexo como algo biológico e natural, ou seja, como um domínio pré-discursivo, apenas assegura a estrutura binária do sexo (BUTLER, 2003, p. 24-25).

O binarismo de gênero, ou seja, a simples divisão entre homem e

mulher suprime a multiplicidade de sexualidades que rompem com a hegemonia heterossexual³, pois “uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição de gênero dentro desse par binário”. Mas essa estrutura binária não explica todas as práticas sexuais. Os intersexos ou hermafroditas desorganizam as regras sociais que governam o sexo, gênero e desejo, motivo pelo qual a maioria dessas pessoas são invisibilizadas (BUTLER, 2003, p. 45-46).

Butler (2003, p. 29-48) rejeita a compreensão do feminismo humanista que entende o gênero como um atributo das pessoas, sendo uma relação entre sujeito socialmente constituídos em contextos especificáveis. É, portanto, um fenômeno inconstante, contextual, incoerente. A identidade de gênero não é nem o que o sujeito é, nem um atributo do sujeito, pois é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras.

Para demonstrar que o patriarcado não é inevitável, feministas buscaram compreender o fenômeno histórico do estado anterior. A especulação histórica, segundo Butler (2003, p. 63-65), se tornou problemática quando algumas teóricas feministas argumentaram a existência de uma feminilidade original ou feminilidade genuína, ou seja, entendendo que o feminino é algo natural e biológico, com base na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss. Essa concepção é contrária a abordagem de gênero como construção cultural complexa, serve a objetivos conservadores e principalmente constitui uma prática excludente no próprio feminismo.

Da mesma forma, algumas feministas preocupadas com a psicanálise da identificação, buscaram elaborar uma posição epistemológica feminista relacionada à identidade materna e suas dificuldades. A autora reconhece que ainda que seja algo significativo e importante, esse enfoque tende a reforçar a estrutura binária heterossexista, e excluir do movimento outras mulheres, como lésbicas, travestis e que não querem ou não podem ter filhos (BUTLER, 2003, p. 102-103).

Algumas teorias do feminismo que tentaram ser abrangentes, mas é impossível formular uma identidade feminista que consiga dar conta de todas as interseccionalidades existentes:

As teorias da identidade feminista que elaboraram os atributos de cor, sexualidade, etnia, classe e saúde corporal concluem invariavelmente sua lista com um envergonhado “etc.”. Por meio dessa trajetória horizontal de adjetivos, essas

posições se esforçam por abranger um sujeito situado, mas invariavelmente não logram ser completas. Contudo, esse fracasso é instrutivo: que impulso político devemos derivar desse exasperado “etc.”, que tão frequentemente ocorre ao final dessas enumerações? Trata-se de um sinal de esgotamento, bem como do próprio processo ilimitável de significação. É o *supplément*, o excesso que necessariamente acompanha qualquer esforço de postular a identidade de uma vez por todas. Entretanto, esse *et coltera* ilimitável se oferece como um novo ponto de partida para a teorização política feminista (BUTLER, 2003, p. 206-207, grifo da autora).

Se definir o que é ser mulher sempre será um ato excludente, como deve se guiar as políticas feministas? Para a autora, o problema está no raciocínio da política da identidade, ou seja, o entendimento que supõe que primeiro é preciso existir uma identidade do sujeito, para que interesses políticos possam ser elaborados e, posteriormente, seja empreendida a ação política. Mas o seu argumento é que não há necessidade de pensar na identificação do agente. O sujeito da política feminista deve ser construído no e através do ato político, já que aquele não é estável e pré-determinado (BUTLER, 2003, p. 207-209).

O sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras de hierarquia de gênero e heterossexualidade compulsória que governam a identidade, mas o sujeito “não é *determinado* pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação *não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição* que tanto se oculta quanto impõe suas regras”. É somente no interior das práticas de repetição que se torna possível a subversão da identidade (BUTLER, 2003, p. 209, grifo original).

Em suma, na obra em questão, Judith Butler analisa teorias que influenciaram o feminismo e contesta a construção da identidade do movimento. Sua crítica aborda outras questões importantes para os estudos de gênero, como o desejo, o binarismo de gênero, a heterossexualidade compulsória. Seu livro não é apenas para estudiosos ou estudiosas do feminismo, mas também da sexualidade.

4. AS TRÊS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA

O termo feminismo começou a se difundir após seu uso por Mary Wollstonecraft, no livro “Uma reivindicação pelos direitos da mulher”, pu-

blicada em 1792. Esta obra marcou a literatura, os estudos e o movimento feminista. Portanto, as raízes da teoria feminista estão presentes desde a propagação dos ideais iluministas, ainda que só tenha se tornado popular com o movimento das sufragistas.

A expressão “as ondas do feminismo” é a mais comumente usada na literatura para designar as fases do movimento. Apesar de ajudar na compreensão deste fenômeno, a manifestação em ondas pode remeter à ideia de um movimento finito e sedimentado, como se cada fase se dissipasse eventualmente, assim como as ondas na praia (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020, p. 147-148). Além disso, os grupos de feministas designados em ondas promoviam ideologias totalmente distintas entre si (SCHRUPP; SCHRUPP, 2017).

Entretanto, assim como a própria história, o feminismo não é uma ocorrência linear, mas sim um conjunto de rupturas e transformações. As ondas apenas indicam esses rompimentos com a teoria feminista hegemônica e a inauguração de um pensamento renovado, ainda que mantenha uma vinculação com o anterior.

Dito isto, é necessário lembrar que a sociedade ocidental desde a Antiguidade é patriarcal. A organização política, econômica e social sempre foi pensada, articulada e concretizada por homens e para os homens. A estrutura social desestimulava e impedia que as mulheres buscassem autonomia de suas necessidades, desejos, propriedades e direitos. Ainda que exista casos pontuais de mulheres que desafiaram o patriarcado e foram bem-sucedidas no curso da história, suas existências e vivências foram majoritariamente apagadas.

No século XVIII, o ideal iluminista de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa de 1789 apenas se estendiam aos homens. Nessa época, autoras como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges questionavam essa pretensa igualdade que excluía as mulheres, e suas escritas podem ser consideradas como o início do feminismo (SCHRUPP; SCHRUPP, 2017).

O século XIX foi marcado pela disseminação e articulação das reivindicações das mulheres. Entretanto, apenas na segunda metade do século que campanhas organizadas começaram a surgir, propondo uma melhor educação para mulheres, a possibilidade de trabalhar fora de casa, algumas mudanças na legislação em relação as mulheres casadas e o direi-

to ao voto (WALTERS, 2005).

Este último gradualmente se tornou uma demanda central do feminismo, pois simbolicamente indica o reconhecimento dos direitos das mulheres à cidadania e concretamente era necessário reformas e mudanças práticas nas vidas das mulheres. As manifestações mais conhecidas aconteceram na Inglaterra. Em 1906, uma imprensa britânica usou o termo “suffragette” com conotação preconceituosa. A expressão foi adotada e transformada pelas inglesas, que passaram a se denominar como sufragistas (WALTERS, 2005).

Com início na Europa, a primeira onda do feminismo é marcada pela reivindicação das mulheres aos seus direitos de cidadania, através de uma ação política organizada, que também buscavam melhores condições de trabalho e a conquista de direitos políticos (MARTINS, 2015). No Brasil, o movimento feminista também teve origem com a luta pelo voto das mulheres, lideradas por Bertha Lutz em 1910, e conseguiram o direito ao voto em 1932 (PINTO, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, novas demandas surgiram em alguns países europeus. A mais importante escritora estrangeira desta fase foi a francesa Simone de Beauvoir, com seu livro “O Segundo Sexo”, no qual diz que as mulheres são vistas *por e para* os homens como o objeto, e não o sujeito (WALTERS, 2005).

O feminismo, que antes só se preocupava em incluir a mulher na vida pública, passa a questionar as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. O movimento passa a ser libertário ao buscar uma nova forma de relacionamento em que as mulheres tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida (PINTO, 2010).

Surge, na segunda metade do século XX, a segunda onda feminista. Os direitos políticos e civis já eram implementados por países ocidentais e o movimento começa a questionar padrões sociais que são exigidos a homens e mulheres nas relações afetivas, na vida política e no trabalho. As teóricas feministas buscaram compreender as origens e as causas das desigualdades entre os dois sexos (MARTINS, 2015).

Martins (2015, p. 234), ao comparar as duas primeiras ondas do movimento, sugere que ocorreu um deslocamento no sujeito feminista:

Se, na primeira onda do feminismo, se evidenciam, em diversos lugares do mundo, movimentos de mulheres que rei-

vindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias no mundo do trabalho, a segunda onda realociza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades.

No início dos anos de 1960, cada vez mais mulheres criticavam a dominação de uma perspectiva branca e burguesa no feminismo e argumentavam a existência de uma opressão tripla em razão do gênero, da raça e da classe social, como a Audre Lorde e a Angela Davis. No final de 1980, Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade”, que significa que as diferentes formas de discriminação não são somadas, e sim estruturas sociais separadas e distintas (SCHRUPP; SCHRUPP, 2017).

A concepção de interseccionalidade foi sistematizada por Creshaw em 2014 no livro “On Intersectionality: The Essential Writings”. A autora defende que entender a interseccionalidade é um trabalho em progresso, no qual devemos sempre procurar compreendê-la em lugares até então inexplorados (CARBADO et. al., 2013, p. 305).

Originalmente, a interseccionalidade se preocupava apenas com raça, classe e gênero. Mas percebeu-se que muitas outras variáveis influenciam a discriminação contra mulheres, como a orientação sexual, o corpo, a idade, entre outras. O próprio contexto regional e local também deve ser levado em consideração (SCHRUPP; SCHRUPP, 2017).

Essa nova fase do feminismo tem suas raízes em teorias filosóficas populares, como pós-modernismo e a filosofia da diferença (SIQUEIRA, 2015). Enquanto a primeira e a segunda onda do feminismo têm um caráter mais liberal, essencialista e universalista, a terceira trata da subjetividade, das especificidades de cada caso e contexto, da pluralidade.

Esse processo de valorização da diversidade fez com que o movimento reconhecesse o caráter histórico e discursivo da categoria mulheres e o potencial positivo das pluralidades. As feministas “admitiram a instabilidade semântica do conceito, mas mantiveram a convicção nas reivindicações identitárias e na ação política” (MARTINS, 2015, p. 2015).

Na década de 1960 e 1970, a terceira onda emergia na Europa e Estados Unidos no meio de vários fenômenos culturais libertário. Entretanto, os países da América do Sul tinham uma situação político-econômica diferente, pois foi período de instauração das ditaduras militares. Considerando essas circunstâncias,

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas (PINTO, 2010, p. 16-17).

Apenas em 1980, com a redemocratização do país, o feminismo brasileiro se dissemina com vários grupos e coletivos em todas as regiões, tratando de uma gama ampla de temas interseccionais. Logo, apesar de ter suas origens na classe média intelectualizada, o movimento feminista no Brasil teve uma interface com as classes populares e a construção de novas percepções, discursos e ações (PINTO, 2010).

As *third wavers*⁴ rejeitam a ideia de um antagonismo entre homem e mulher e criticam a existência de uma feminilidade natural. No geral, também são céticas quanto as formas tradicionais da política, favorecendo a organização do movimento por meios mais flexíveis, como, por exemplo, a internet (SCHRUPP; SCHRUPP, 2017). Entretanto, Olívia Cristina Perez e Arlene Martinez Ricoldi (2019) argumentam que o feminismo desenvolvido nas redes sociais compõe uma quarta onda feminista, mas que não perdeu seu caráter interseccional e coletivo.

As peculiaridades das três ondas continuam impactando a forma como as feministas acadêmicas e não acadêmicas escrevem e atuam. A principal contribuição da última onda é a interseccionalidade, que ainda precisa ser discutido na formulação de políticas públicas e ações sociais pelo direito das mulheres.

5. A INFLUÊNCIA DA CRÍTICA DE BUTLER EM “PROBLEMAS DE GÊNERO: FEMINISMO E SUBVERSÃO DA IDENTIDADE” NA TERCEIRA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA

A segunda onda do feminismo questiona a relação entre homem e mulher parte da dicotomia entre essas duas categorias, estabelecendo o binarismo de gênero. O principal expoente da segunda onda, Simone Beauvoir, cunhou a expressão “o segundo sexo”, que deu origem ao título do seu livro, para designar as mulheres. Beauvoir, ao tratar a mulher como o outro ou o não-sujeito, pressupunha a concepção biológica de sexo, na existência apenas de corpos feminino e masculino.

Em sua crítica a Freud, Beauvoir promoveu um rompimento com o pensamento hegemônico ao dizer que o feminino não segue um padrão biológico e sim é moldado pela sociedade. Ainda assim, não rompe com a dualidade entre feminino e masculino. Inclusive toda a sua obra é construída a partir da oposição entre homem e mulher. Até mesmo em sua análise sobre a homossexualidade, Beauvoir evidencia esse pressuposto, ao dizer que a mulher escolhe a parceira feminina para não sucumbir aos afazeres relegados às mulheres em uma união heterossexual (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2017, p. 4)

O apego das feministas de segunda onda à dicotomia homem-mulher e sexo-gênero, e o próprio binarismo de gênero, indicam a influência estruturalista. O estruturalismo, nas ciências sociais, concebia a sociedade como uma estrutura e buscava compreender seus elementos, as leis que os governa e suas relações com o todo. A segunda onda do feminismo, por sua vez, buscava compreender as mulheres, a opressão e os papéis de gênero, as dificuldades com a maternidade e o casamento, a diferença entre sexo e gênero, a partir de uma perspectiva global e massificadora.

A terceira onda do feminismo, inevitavelmente, surgiu com influência do pós-estruturalismo. O pensamento pós-estruturalista rejeitava uma concepção social binária, o determinismo biológico e um cientificismo extremo. Seus teóricos defendiam a compreensão das outras relações de opressões existentes na sociedade além da econômica, a valorização do coletivo e da história.

Da mesma forma, as feministas da terceira onda questiona o padrão burguês e branco presente dentro do movimento. A interseccionalidade, o contexto histórico-social e a diferença passaram a ser valorizadas. As ideias, derivadas da biologia, de um instinto materno e uma feminilidade inerente às mulheres são rejeitadas. O feminismo de terceira onda buscava o rompimento de estereótipos na mídia e na linguagem que aprisionavam a mulher. Judith Butler se enquadra nesse contexto histórico-filosófico. Com influência pós-estruturalista, a autora fez críticas à teoria feminista de segunda geração e até à própria Beauvoir em “Problemas de gênero”.

Em seu livro, é possível destacar algumas críticas e sugestões ao movimento feminista. A primeira é a rejeição de uma suposta unidade entre as mulheres. Ao considerar que o gênero é performativo e que o sexo não é um dado natural, e sim um produto discursivo, nem mesmo o corpo

com genitália feminina é um traço comum entre as mulheres. Afinal, é possível ter o corpo biologicamente masculino, e ainda assim, ser uma mulher.

A segunda é a ênfase em não definir quem constitui as mulheres. Qualquer tentativa de definição é sempre “uma construção fantasística” que “nega a complexidade e a indeterminação internas do termo, e só se constitui por meio da exclusão de parte da clientela, que simultaneamente busca representar” (BUTLER, 2003, p.205). A linguagem não é capaz de abarcar a dinâmica do sujeito feminista. Por tanto, a política pública e qualquer outra ação que vise defender os direitos das mulheres não deve e nem precisa se preocupar em definir a identidade do seu sujeito.

A terceira é a necessidade de consideração da interseccionalidade entre a identidade da mulher e suas outras identidades sociais. Se, no início da terceira onda, feministas lutavam contra a dominação branca e burguesa, considerando apenas o gênero, raça e classe social, durante o desenvolvimento desta nova fase do feminismo, reconheceu-se a necessidade de considerar outras variáveis.

Butler é enfática ao dizer que não é possível fazer uma lista com todas as possíveis interseccionalidades. E, ainda que alguém possa tentar a fazê-la, ignorará alguma. Novamente, a linguagem se esgota em si mesma, pois não é capaz prever todas as possíveis identidades interseccionais que promovem uma diferença na opressão patriarcal. Portanto,

a tarefa crucial do feminismo não é estabelecer um ponto de vista fora das identidades construídas, [...] promovendo-se, conseqüentemente como um tema global, posição esta que instaura precisamente as estratégias imperialistas que o feminismo tem a obrigação de criticar (BUTLER, 2003, p. 211-212).

A quarta é a constante necessidade de construir um feminismo crítico, atento às suas questões internas. O feminismo precisa lutar contra possíveis opressões instituídas dentro do próprio movimento, na tentativa de representar e defender as mulheres. Afinal, os sujeitos que fazem parte do movimento feminista também são pertencentes à uma sociedade não só misógina, mas também colonialista, classicista, racista, xenófoba e transfóbica.

As críticas de Butler, feitas durante o início da terceira onda feminis-

ta, devem pautar as ações políticas do feminismo na contemporaneidade. As crescentes variações de identidades interseccionais fazem com que o feminismo, ainda hoje, continue a rever seus próprios preceitos para incluir em sua luta o combate à outras opressões, que antes eram ignoradas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento pós-estruturalista surgiu com o propósito de superar o estruturalista, mas não rompe completamente com os pressupostos do seu antecedente. As duas filosofias tecem críticas ao humanismo e a concepção de um sujeito racional, entendem que o ser humano é condicionado pelas circunstâncias sociais.

Entretanto, o pós-estruturalismo critica a dualidade e o binarismo do estruturalismo, e sua pretensão de levar o cientificismo às ciências sociais. A diferença entre os sujeitos, a percepção histórica e as relações de dominação em todas as esferas sociais são temas recorrentes em autores estruturalistas.

A crítica a uma concepção universal do que é ser mulher, a interseccionalidade entre a identidade feminista com outras identidades, a necessidade de se atentar às opressões enraizadas dentro do feminismo, a inutilidade entre a diferença entre sexo e gênero, o gênero como algo performativo, a denúncia ao binarismo de gênero e à heterossexualidade compulsória são as principais críticas feitas por Butler ao movimento feminista na década de 1960, em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”.

A crítica de Judith Butler demonstra a transformação dentro do próprio movimento. A segunda onda e a terceira onda do feminismo mantém uma relação de proximidade com as tendências filosóficas do seu próprio tempo, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, respectivamente.

A superação estruturalista e inovação trazida pelo pós-estruturalismo na filosofia influenciou a terceira onda do feminismo, que defendia uma visão do feminismo que considerasse a diferença das opressões sofridas pelas mulheres conforme outras variáveis, e posteriormente, a inclusão de pessoas que não se enquadravam na classificação binária homem-mulher.

Dentre os principais ensinamentos que é possível extrair da obra “Problemas de gênero”, de Judith Butler, é a valorização da diferença dentro do feminismo e o abandono a necessidade de definir o que é mulher e especificar todas as possíveis diferenças entre as mulheres. Ademais, a

autora também aponta a necessidade da construção de um movimento crítico, atento aos seus problemas e suas opressões internas.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. “Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas”. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, n. 9, p. 36-44, jan./jun. 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARBADO, Devon W.; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MAYS, Vickie M.; TOMLINSON, Barbara. “Intersectionality: mapping the movements of a theory”. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 10, n. 2, p. 303-312, fall 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S1742058X13000349>. Acesso em 24/06/2022.

CASALI, Jessica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. “Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento”. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, vol. 2, n. 2, p. 84-92, 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. “O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade”. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, p. 231-245, abr. 2015.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. “A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva”. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10, 2019, Monterrey, ALACIP. **Anais...** Monterrey: ALACIP, 2019. p. 1-22.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. trad. Moacir Renato de Amorim. 3. ed. São Paulo: Editora DIFEL. 1979.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SCHRUPP, Patu; SCHRUPP, Antje. **A brief history of feminism**. Tradução em inglês de Sophie Lewis. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2017.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. “As três ondas do movimento femini-

sta e suas repercussões no direito brasileiro”. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 25., 2015, Florianópolis, CONPEDI. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 328-354.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. “As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher”. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/14977>. Acesso em 09/02/2022.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. “Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma análise comparativa das contribuições teóricas feministas de Simone de Beauvoir e Judith Butler”. In: WOMEN’S WORLD CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais...** Eletrônico, 2017, p. 1-9.

TEMKO, Suz. Intersexual: “Agora sei porque não menstruo”, diz jovem sobre descoberta e aceitação”. **BBC News**, 15 fev. 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47250834>. Acesso em 14/01/2022.

WALTERS, Margaret. **Feminism: a very short introduction**. Nova York: Oxford University Press Inc., 2005.

'Notas de fim'

1 “QUIA+” indica outros grupos: queers, intersexo, assexuais, pansexuais. O símbolo “+” expõe demais grupos que existem e que não estão no nome do movimento.

2 Um dos exemplos mais conhecidos é o intersexo, que corresponde à letra “I” da sigla LGBTQIA+. Intersexual é “uma pessoa que nasceu com uma variação nas características sexuais que identificam cada sexo. As diferenças podem ser encontradas nos genitais, cromossomos, gônadas ou hormônios, que não coincidem com o entendimento binário padrão dos corpos - nem masculino, tampouco feminino”. No caso de Suz Temko (2019) por exemplo, é fisicamente mulher, mas geneticamente masculino pois tem cromossomos XY.

3 Em alguns momentos da obra, a autora usa a expressão “heterossexualidade compulsória”, cunhada anteriormente por outras feministas.

4 Expressão em inglês usada para designar as feministas que compõe a terceira onda.

